

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS – INGLÊS

LAGES
2021

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS – INGLÊS

Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Inglês –
Licenciatura, aprovado pelo Conselho
Universitário (CONSUNI) da Universidade do
Planalto Catarinense (UNIPLAC).

LAGES
2021

Índice

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.1 NOME DA MANTENEDORA.....	6
1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	6
1.3 NOME DA MANTIDA.....	6
1.4 BASE LEGAL DA IES.....	6
1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES.....	7
1.5.1 Perfil.....	7
1.5.2 Missão.....	7
1.5.3 Visão.....	7
1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES.....	8
1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	10
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	18
2.1 NOME DO CURSO.....	18
2.1.1 Grau.....	18
2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO.....	18
2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	18
2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS.....	18
2.5 PERIODICIDADE.....	18
2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	18
2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	19
2.8 MODALIDADE DE OFERTA.....	19
2.9 FORMAS DE ACESSO.....	19
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	20
3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	20
3.1.1 Princípios Articuladores das Licenciaturas.....	23
3.1.2 Justificativa para a Criação do Curso.....	26
3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	28
3.3 BASES LEGAIS DO CURSO.....	32
3.4 OBJETIVOS DO CURSO.....	34
3.4.1 Objetivo Geral.....	34
3.4.2 Objetivos Específicos.....	34
3.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	35
3.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	36
3.7 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	36
3.7.1 Estrutura Curricular.....	37
3.7.2 Resumo Explicativo.....	38
3.7.3 Ementário e Referências.....	39
3.8 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	59
3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	61

3.8.1 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	63
3.8.2 Requisitos Legais.....	63
3.8.2.1 Educação Ambiental.....	63
3.8.2.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	67
3.7.3.3 Direitos Humanos.....	67
3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	68
3.9 METODOLOGIA.....	69
3.10 ESTÁGIO CURRICULAR.....	71
3.10.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	72
3.10.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica.....	74
3.10.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	75
3.10.4 Estágio Curricular Não-obrigatório.....	77
3.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	78
3.12 TRABALHO DE CURSO (TC).....	79
3.13 APOIO AOS DISCENTES.....	80
3.13.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	82
3.13.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.....	83
3.14 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	84
3.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	87
3.16 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC.....	89
3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA.....	89
3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	90
3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS).....	91
3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	92
3.21 MATERIAL DIDÁTICO.....	93
3.22 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD).....	95
3.23 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA).....	97
3.24 ENCONTROS PRESENCIAIS.....	98
3.25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	98
3.26 NÚMERO DE VAGAS.....	100
3.27 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	100
3.27.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	100
3.27.2 Convênio de cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	102
3.27.3 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade.....	102
3.27.4 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas.....	103
3.27.5 Prática como Componente Curricular.....	104
4 CORPO DOCENTE.....	105

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	105
4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	106
4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	107
4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	107
4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	108
4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	109
4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	109
4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	110
4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	111
4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	111
4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	112
4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	113
4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	113
4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	113
4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES.....	114
4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	114
5 INFRAESTRUTURA.....	114
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	114
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	115
5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	115
5.4 SALAS DE AULA.....	116
5.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	116
5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	117
5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	120
5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	122
5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	122
5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	123
6 REQUISITOS LEGAIS.....	125
7 REFERÊNCIAS.....	128
8 ANEXO.....	131

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
CNPJ: 84.953.579/0001-05

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense foi criada pela Lei n. 078, de 23/12/1969 e consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/1998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

E-mail: secfundacao@uniplaclages.edu.br

Homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

1.4 BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário

Município: Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022 - Fax: (49) 3251-1051

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES pública de direito privado, comunitária, vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n.4, de 1º/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa nº 840 de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.

1.5.2 Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de “Princesa da Serra”, é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a vinicultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109.396.099,0 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um “bairro cidade”, devido a esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da

cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga às cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Para ligações mais distantes conta com voo direto e diário a Campinas/SP, pelo aeroporto Viracopos, que detém conexões nacionais e internacionais, proporcionando conforto aos usuários.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública, e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino a distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais, contribuindo para o empreendedorismo regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da UNIPLAC desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2019-2023.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19/07/59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

¹ - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O.E n. 6372, de 03.08.59.

1964: Em 23/02/64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages - FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação UNIPLAC e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14/03/69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente a FACEC.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03/04/73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de UNIPLAC - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE.

A denominação da mantenedora da UNIPLAC é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27/02/97, são aprovados os novos estatutos da UNIPLAC. Em 11/12/97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

2 - ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994.

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da UNIPLAC.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15/06/99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23/06/99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27/07/99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas Correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394). Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da UNIPLAC. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a Madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de Renovação do Credenciamento da UNIPLAC (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15/07/04). Solenidade de Renovação do Credenciamento da Universidade (01/12/04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos

de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilingue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação UNIPLAC (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22/10/08). Instituída a intervenção judicial na Fundação UNIPLAC, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24/10/08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – PROESDE (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15/10/10. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 088/2010 de 24/09/10).

2011: Criação do Curso de Graduação em Jornalismo (Resolução n. 094, de 18/10/11). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica (Resolução n. 092, de 11/03/11).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura (Resolução n. 105, de

27/11/12). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática (Resolução n. 104, de 02/07/12). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica (Resolução n. 099, de 22/03/12. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução CONSAD n. 01, de 03/09/12).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º/11/13). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 114, de 1º/11/13). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04/09/13). Aprova o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02/07/13). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação UNIPLAC, (Resolução CONSAD n. 03, de 12/03/13). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da UNIPLAC, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20/12/13).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25/07/14). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08/07/14). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução n. 128, de 18/06/14). Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo (Resolução n. 117, de 11/02/14.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica (Resolução n. 116, de 11/02/14).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22/07/15: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da UNIPLAC. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista UNIPLAC. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui

a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da UNIPLAC. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura.

2016: Resolução n. 207, de 20/01/16, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução n. 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução n. 219, de 08/06/16, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08/06/16, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21/06/16, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução 224, de 21/06/16, que Cria o parágrafo 2º No artigo 28 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução n. 225, de 21/06/16 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/16 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/16 e Resolução n. 237, de 13/09/16, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Parecer 670, de 29/07/16 e Resolução n. 238, de 13/09/16, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/16 e Resolução n. 231, de 08/08/16, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 235, de 11/08/16: Trata da Política de Inclusão e Acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/16, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 239, de 04/10/16, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução n. 240, de 04/10/16, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução n. 241, de 17/11/16, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20/03/17, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04/04/17, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07/07/16. Portaria n. 034, de 05/04/17, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05/05/17, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16/05/17, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25/09/17, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21/11/17, cria as Disciplinas Institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27/11/17, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21/12/17, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs.

2018: Resolução n. 353, de 08/06/18, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08/06/2018, aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18/06/18, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01/07/18. Resolução n. 344, de 16/04/18, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017. Resolução n. 355, de 19/06/18, Aprova as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, suas ementas e referências, para implantação, a partir de 2018, em todos os Cursos de Graduação UNIPLAC, que possuam estruturas curriculares disciplinares. Resolução n. 381, de 20/09/18, aprova o novo Regimento do Conselho Universitário – CONSUNI. Resolução n. 397, de 06/12/18, estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

2019: Resolução n. 401, de 11/03/19. Estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

Concessão da Autonomia Universitária - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19

– CGGIRES/DPR/SERES/MEC.

2020: Resolução n. 430, de 21/01/20. Aprova o Novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Resolução n. 431, de 29/01/20. Aprova a Adequação do Regimento do Mestrado em Ambiente e Saúde (PPGAS). Ato Normativo, nº 002 de 17/03/20. Orientação sobre funcionamento da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID-19) no período de 16 a 29 de março de 2020. Ato Normativo n. 004, de 30/03/20. Fica prorrogado até dia 20 de abril de 2020 o Ato Normativo nº 02/2020. Ato Normativo nº 006 de 17/04/20. Orientação sobre funcionamento administrativo da Fundação UNIPLAC e Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID19) no período de 20 de abril a 31 de maio de 2020. Resolução n. 435, de 28 de julho de 2020, estabelece regras para o semestre letivo 2020/2, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 447/2020, de 10 de novembro de 2020, estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.

2021: Resolução n. 456 de 03/02/21, aprova o Novo Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da UNIPLAC. Resolução n. 458, de 02/03/21, aprova do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Resolução n. 460, de 28/04/21, altera a Resolução n. 435/20, que estabelece regras para o ensino, no período de isolamento social, em face da pandemia do COVID-19. Resolução n. 462, de 10/06/21, aprova o Relatório Institucional 2020.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 NOME DO CURSO

Curso de Letras – Inglês

2.1.1 Grau

Licenciado

2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização: a Resolução n. 466 do Conselho Universitário (CONSUNI), de 06 de julho de 2021, aprova a criação do Curso de Letras – Inglês.

2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.400 horas.

2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS

40 vagas anuais, com compartilhamento.

2.5 PERIODICIDADE

Semestral

2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

2.8 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos como a atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas também as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para a atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2019-2023).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

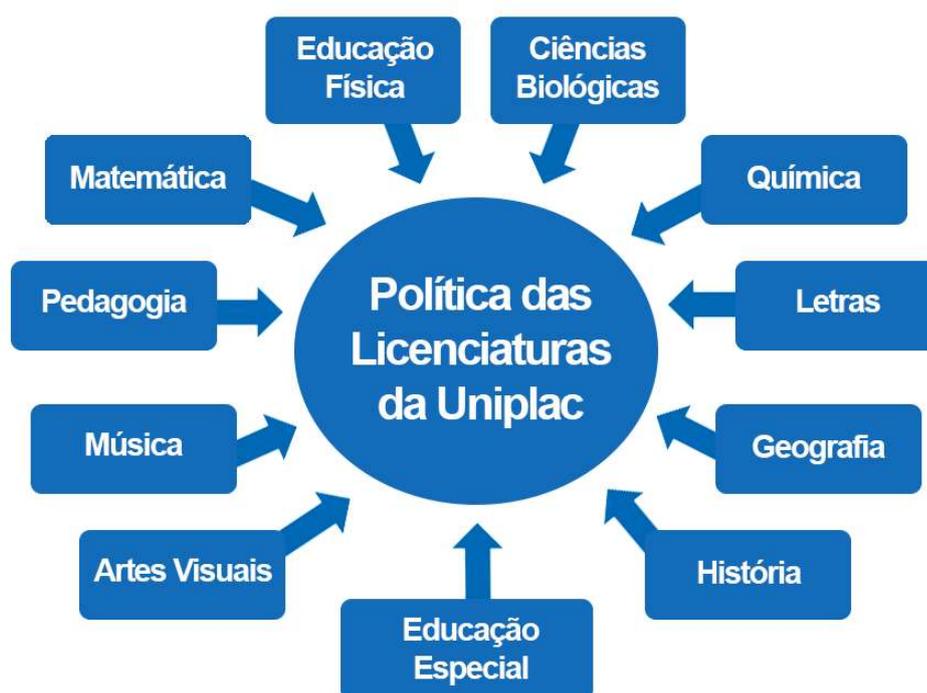
O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da UNIPLAC constroem um

processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Inglês faz parte do contexto das Licenciaturas da UNIPLAC e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, desde o fim do ano de 2006, quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na UNIPLAC. Essa implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, ultrapassa a perspectiva disciplinar e articula, no planejamento das atividades acadêmicas, a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.



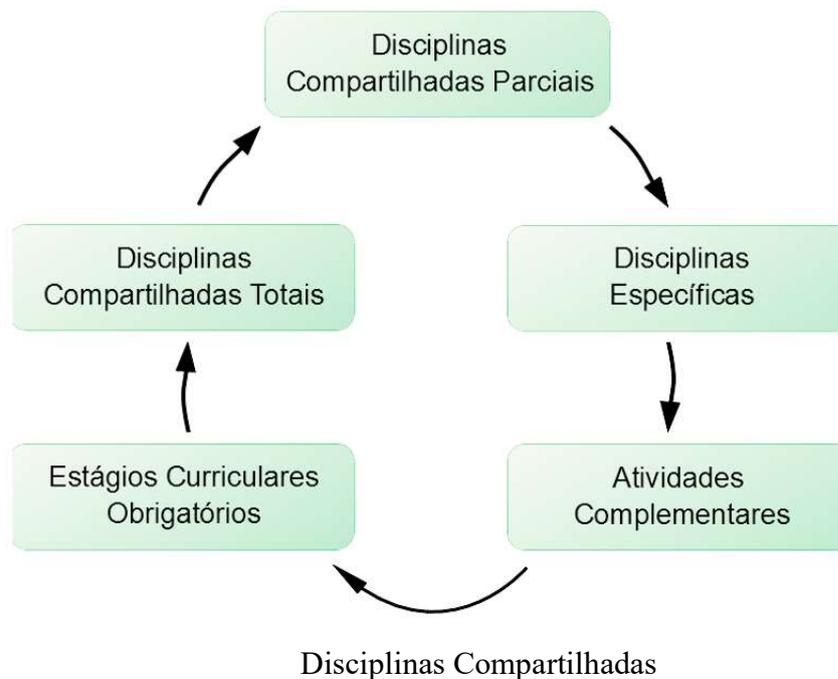
Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC

Nesse sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas, disciplinas institucionais, disciplinas específicas, estágios curriculares obrigatórios e atividades complementares.

Nessa política, é necessário planejar a formação continuada para construir, ao longo do

processo, a formação de professores do ensino superior que trabalharão nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

Sendo assim, o planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da UNIPLAC inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço que possibilita ao professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade

peçoal”. (NÓVOA, 1995, p. 25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem, permanentemente, ir construindo seus saberes-fazerés docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriedade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.

3.1.1 Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da UNIPLAC articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O programa tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC uma aproximação com a realidade escolar e o exercício da docência supervisionada, na perspectiva

de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da Instituição de Ensino Superior - IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

O cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos alunos que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se -, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega, até hoje (2021), Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo da média do estado, realidade que comanda as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense (Plano de Desenvolvimento Institucional

Diante de tal quadro, hoje, após décadas de existência, quais serão as expectativas da UNIPLAC na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na UNIPLAC será preciso voltarmos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- A luta por padrões de qualidade;
- A universalidade de acesso;
- A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a UNIPLAC, antes de tudo, buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da Região, a UNIPLAC deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Inglês, Licenciatura da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca.

Como vetor para suprir as demandas e exigências do meio, esta edição do Projeto Pedagógico incita o permanente desencadear de novos comportamentos dos agentes que direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, encontrem-se vinculados ao Curso. Assim, criar e manter alto padrão de desempenho no processo de ensino e aprendizagem é a ordem. Formar cidadãos altamente profissionais é a diretriz a ser permanentemente seguida.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês, a pesquisa universitária desenvolver-se-á a partir de critérios de relevância social e científica, priorizando os processos de interação com o ensino e a extensão. As políticas adotadas estarão voltadas para essa indissociabilidade, em consonância com a missão da Universidade.

As ações concretas em pesquisa associada a Ensino e Extensão estão propostas para o

Curso de Letras – Inglês na perspectiva de uma cultura universitária que entenda pesquisa e extensão como elos com as atividades de ensino-produção do conhecimento, responsabilidade e compromisso social. Dessa forma, participará o curso no diuturno processo de superação do histórico institucional apenas voltado ao ensino-transmissor-de-conhecimento.

O Curso de Letras – Inglês, considerando sua natureza de Licenciatura, deverá se inserir no contexto do desenvolvimento local e regional sustentável - compromisso da Universidade - como um elemento-chave e impulsionador do desenvolvimento da Educação como um todo e do conhecimento histórico, mais especificamente.

Em particular, as políticas de pesquisa da UNIPLAC para o Curso de Letras – Inglês, atenderão à consolidação de uma cultura de pesquisa na instituição, por meio do apoio à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; da ampliação de atividades de iniciação científica junto aos alunos de graduação; da valorização de projetos interdisciplinares; do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos; da divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas; do estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto; da constante busca de integração Ensino-Pesquisa-Extensão; da implementação de sistemática mais adequada de acompanhamento e avaliação das pesquisas, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social. (Processo de Recredenciamento da Universidade, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023).

3.1.2 Justificativa para a Criação do Curso

A oferta do Curso de Letras – Inglês, Licenciatura da UNIPLAC, se justifica pela constante necessidade de formação inicial de professores para atuarem na Educação Básica na região da serra catarinense. Além disso, com o aumento das escolas de idiomas na região, sobretudo com cursos focados na língua inglesa, essa demanda por professores se torna ainda maior. É preciso, também, atender os profissionais que já atuam na rede pública ou privada de educação catarinense sem a formação necessária em língua inglesa.

Ademais, os documentos oficiais norteadores da educação brasileira asseguram o ensino de língua inglesa obrigatório na Educação Básica, a partir do sexto ano do ensino fundamental, de acordo com o que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 – LDBEN – e a Lei nº 13.415 de 2017. Do mesmo modo, com a

aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019), a língua inglesa é vista como língua franca, globalizada e presente no cotidiano dos estudantes.

Nesse contexto, concebe-se o Curso de Letras – Inglês da UNIPLAC de modo a atender as necessidades da Educação Básica no momento atual, estruturado a partir da interculturalidade de seus falantes, partindo da oralidade e do seu uso real em situações de comunicação.

Para tanto, o Curso de Letras – Inglês da UNIPLAC tem como objetivo formar profissionais que dominem a língua inglesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos, formando profissionais para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A partir desse perfil profissional, o egresso desse curso poderá, além de dedicar-se à docência e às atividades de pesquisa, desempenhar outras funções na sociedade, como editoração, produção de textos, crítica literária, tradução, revisão textual e demais profissões que exigem conhecimento da língua inglesa e de culturas estrangeiras.

Para se chegar a isso, os primeiros quatro semestres do curso trazem, em sua estrutura curricular, uma carga horária maior da disciplina de Língua Inglesa, buscando possibilitar a proficiência linguística necessária para a compreensão e produção de textos teóricos que proporcionem a adequada aprendizagem prevista no perfil profissional do curso. Nos semestres subsequentes, por sua vez, a proficiência em língua inglesa é ampliada e fortalecida por meio das disciplinas teóricas e práticas que envolvem além das questões linguísticas, naturalmente, uma formação em literatura, tradução e práticas pedagógicas, com vistas a fortalecer o estágio curricular obrigatório, realizado a partir do quinto semestre, e o Trabalho de Conclusão – TC –, a partir do sétimo semestre.

Portanto, faz-se necessária a criação da habilitação em Língua Inglesa do curso, dando continuidade à oferta de Licenciatura em Letras da UNIPLAC, pois na região da Serra Catarinense é a única universidade que desde 1970 vem formando, na modalidade presencial, profissionais comprometidos e competentes para atuarem nas diversas unidades escolares existentes.

3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo

CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No contexto do Curso de Letras – Inglês, bem como nos demais cursos da universidade, tem-se muito clara a necessidade de constante promoção de ações de pesquisa e de extensão cada vez mais atreladas ao ensino.

A articulação entre o Ensino e a Extensão consista na oferta de disciplinas, conteúdos curriculares, campos de estágio e demais atividades acadêmicas que tenham tal especificidade. Na articulação da pesquisa e da extensão temos a efetivação de projetos que problematizam a realidade de vida da comunidade, levantando questões que se tornem objetos de investigação para projetos de iniciação científica e de Trabalhos de Conclusão de Curso na Graduação, bem como de atividades de extensão que efetivem o conhecimento científico produzido por meio da pesquisa como uma ferramenta para a formação humana, profissional e cidadã.

Nessa interligação entre os pilares da tríade universitária, as práticas de ensino, pesquisa e extensão favorecem a consolidação de uma formação acadêmica que propicia a competência técnico-científica associada à sensibilidade para as questões sociais. Além disso, o princípio da indissociabilidade reestrutura outra relação entre o professor e os acadêmicos à partir de uma prática pedagógica que põe o discente como o centro do processo de aprendizagem, destituindo uma prática engessada que atribui ao aluno o papel de mero receptáculo do conhecimento.

A UNIPLAC oferece, atualmente, bolsas de Iniciação Científica por meio de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, mantidos pelo Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM); além de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2019-2023, preconiza uma política de extensão voltada à constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de 2010, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020, que reitera a relevância da extensão

no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC – 2019-2023 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- I. Promoção da educação e do trabalho;
- II. Assistência jurídica a família;
- III. Assistência social a família;
- IV. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- V. Promoção do esporte e cultura;
- VI. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- VII. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- VIII. Ações comunitárias com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.
- IX. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição.

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

3.3 BASES LEGAIS DO CURSO

O presente PPC foi construído de modo a estar fundamentado por inúmeras leis e normas gerais. Assim, parte-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 – LDBEN –, que, em seu artigo 26, parágrafo 5º, prevê a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna a partir do sexto ano do ensino fundamental.

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso e também na missão, visão e valores dispostos no PDI da UNIPLAC.

O Ministério da Educação - MEC, também fundamenta este PPC por meio dos seus documentos norteadores tais como:

- a) Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (0 a 6 anos);
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica;

c) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio;

d) Base Nacional Comum Curricular; os Referenciais Curriculares para a Educação Profissional;

e) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras - Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

f) Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

g) Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para o ensino de Letras;

h) Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de março de 2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

i) Indicadores e Padrões de Qualidade para Cursos de Graduação;

j) Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas;

k) Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que instituem a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), conforme a Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, a Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024 e ainda participar do Edital n. 1.426/SED/2021 do Governo do Estado de Santa Catarina, para credenciamento das Instituições de Educação Superior – IES, para a

oferta de Cursos de Licenciatura na modalidade presencial, por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina/UNIEDU, com recursos para bolsas de estudos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, o qual a UNIPLAC foi contemplada com o Curso de Letras – Inglês, é que este Projeto Pedagógico foi reestruturado e segue para aprovação deste Conselho Universitário.

3.4 OBJETIVOS DO CURSO

3.4.1 Objetivo Geral

Formar professores de língua inglesa para atuarem na Educação Básica e em outros espaços educativos que sejam capazes de estabelecer uma postura crítica, ética e investigativa frente às transformações sociais e ao contexto intercultural, por meio da compreensão dos diferentes fenômenos da linguagem em todas as suas manifestações.

3.4.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais que dominem a língua inglesa nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- Possibilitar a habilitação em língua inglesa de qualidade para atuação na Educação Básica e em outros espaços educativos;
- Permitir, por meio do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o domínio dos conhecimentos teóricos e práticos, que são objeto de estudo das disciplinas gerais e específicas do Curso de Letras – Inglês;
- Garantir o domínio dos conteúdos básicos, dos métodos e das técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino da educação básica;
- Qualificar profissionais que entendam os diferentes contextos interculturais e especificidades locais e que sejam capazes de adequar o ensino da língua a essas especificidades;

- Desenvolver uma formação que estimule o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, linguística, fomentando a garantia dos direitos humanos e promoção da consciência ambiental;
- Promover a formação de profissionais pesquisadores e investigativos, que busquem constantemente o aperfeiçoamento continuado com vistas à construção de conhecimentos pedagógicos e científicos e à reflexão sobre sua própria prática;
- Instrumentalizar profissionais para repensar sua prática pedagógica e refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- Fomentar a interpretação de dados e o trabalho com conceitos na resolução de problemas.

3.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Licenciado em Letras - Inglês deverá ser um profissional interculturalmente competente, capaz de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e consciente de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Além disso, o profissional em Letras deve ter o domínio do uso da língua inglesa, objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. Por fim, o egresso do curso de Letras - Inglês deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante a sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

3.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

A atuação do licenciado em Letras – Inglês contempla o exercício da docência da língua inglesa na Educação Básica e em outros espaços educativos como escolas de idiomas. Além disso, pode-se atuar, ainda, com assessoria linguística e literária, revisão de textos, tradução, ou como intérprete, pesquisador, roteirista, secretário, assessor cultural. Outras atividades também estão previstas, de acordo com competências desenvolvidas no próprio curso e conforme Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001.

3.7 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A estrutura curricular considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica compatível com a carga horária do curso. Esta estrutura é baseada na factibilidade da articulação da teoria com a prática. Além das disciplinas regulares o acadêmico pode optar por cursar disciplinas optativas, sendo estas focadas em assuntos inovadores de acordo com a evolução da profissão. As disciplinas e cargas horárias do curso são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que o curso possui disciplinas na Modalidade a Distância, sendo estas inferiores a observância dos 20% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016.

A Estrutura Curricular foi idealizada com vistas a preparar profissionais para o exercício das atividades relativas as diversas áreas de Letras – Inglês, na perspectiva do “aprender a aprender”, bem como, atender às novas exigências requeridas do ambiente externo que, encontra-se em constante movimentação impondo inovações também no processo de desenvolvimento da educação. Com isso busca-se:

- oportunizar o conhecimento técnico, científico e humano, orientado à Letras – Inglês;
- desenvolver capacidades no aluno como resultado de uma melhor qualificação para o mundo do trabalho;
- possibilitar a vivência em situações reais e simuladas do contexto educacional;
- proporcionar uma formação profissional dotada de visão crítico construtiva, habilidades técnicas e humanas, com compromisso ético, social e ambiental.

3.7.1 Estrutura Curricular

1º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Fundamentos da Linguística	40	2	40	-	-	7
Língua Inglesa I	100	5	76	-	24	18
Estudos em Língua Materna	40	2	40	-	-	7
Profissão Docente *	60	3	40	-	20	10
Teoria Literária	80	4	80	-	-	14
Tecnologia da Informação e Comunicação **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	400	20	356	-	44	-
2º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
História e Cultura em Língua Inglesa	80	4	70	-	10	14
Língua Inglesa II	100	5	86	-	14	18
Linguística I	40	2	40	-	-	7
Políticas Públicas da Educação Básica *	60	3	40	-	20	10
Psicologia da Educação *	40	2	30	-	10	7
Cultura, Diferença e Cidadania **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	400	20	346	-	54	-
3º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Currículos e Saberes *	40	2	30	-	10	7
Linguística II	80	4	80	-	-	14
Língua Inglesa III	100	5	76	-	24	18
Literatura em Língua Inglesa I	80	4	70	-	10	14
Língua Portuguesa **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	380	19	336	-	44	-
4º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Educação e Necessidades Especiais *	40	2	30	-	10	7
Língua Inglesa IV	100	5	76	-	24	18
Linguística Aplicada	80	4	80	-	-	14
Literatura em Língua Inglesa II	80	4	70	-	10	14
Iniciação à Pesquisa Científica **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	380	19	336	-	44	-
5º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Didática *	80	4	60	-	20	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	80	-	-	-
Língua Inglesa V	100	5	76	-	24	18
Literatura em Língua Inglesa III	40	2	40	-	-	7
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **	80	4	80	-	-	-
Subtotal	380	19	336	-	44	-
6º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Estágio Curricular Obrigatório II	120	6	120	-	-	-
Libras I *	40	2	35	-	05	7

Língua Inglesa VI	100	5	86	-	14	18
Práticas de Ensino da Língua Inglesa I	60	3	20	-	20	10
Produção de Textos em Língua Inglesa I	60	3	60	-	-	10
Pesquisa e Prática Pedagógica I *	40	2	20	-	20	7
Subtotal	420	21	366	-	59	-
7º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	80	-	-	-
Libras II *	40	2	35	-	05	7
Língua Inglesa VII	80	4	70	-	10	14
Práticas de Ensino da Língua Inglesa II	40	2	20	-	20	7
Estudos da Tradução	60	3	60	-	-	10
Produção de Textos em Língua Inglesa II	40	2	40	-	-	7
Trabalho de Conclusão I	40	2	40	-	-	7
Pesquisa e Prática Pedagógica II *	40	2	20	-	20	7
Subtotal	420	21	370	-	55	-
8º SEMESTRE						
Disciplina	CH	Créditos	Teórica	Lab.	PCC	Extraclasse
Estágio Curricular Obrigatório IV	120	6	120	-	-	-
Gestão de Processos Educacionais *	40	2	30	-	10	7
Língua Inglesa VIII	80	4	64	-	16	14
Trabalho de Conclusão II	40	2	40	-	-	7
Comunicação Intercultural	40	2	40	-	-	7
Multiletramentos em Língua Inglesa	40	2	40	-	-	7
Pesquisa e Prática Pedagógica III *	60	3	30	-	30	10
Subtotal	420	21	354	-	56	-
Total da Carga Horária	3.200	160	2.800	-	400	-
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.400	150	2800	-	400	-

* Disciplinas Compartilhadas

** Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância.

Observação: O Decreto n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005, normatizou a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.7.2 Resumo Explicativo

Situação	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas *	580 h
Disciplinas Institucionais **	400 h
Disciplinas Específicas	1.820 h
Estágio Curricular Obrigatório	400 h
Atividades Complementares	200 h
TOTAL GERAL	3.400 h

Situação Resolução CNE/CP 02/2019	Carga-Horária
-----------------------------------	---------------

Grupo 1	800 h
Grupo 2	1600 h
Grupo 3 (Estágio)	400 h
Grupo 3 (PCC)	400 h
TOTAL GERAL	3.400 h

3.7.3 Ementário e Referências

1º SEMESTRE	
FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	A história da linguística. O estruturalismo linguístico. A gramática gerativa e outras correntes.
Referências	<p>Básicas: MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Linguística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina(Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. 11. ed. São Paulo: Cultrix. 1986.</p> <p>Complementares: FIORIN, José Luiz (Org) Introdução à linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2015. LOPES, Edward. Fundamentos da lingüística contemporânea. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação, 4. ed., São Paulo: Contexto, 2017. MUSSALIM, Fernanda. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 1, 9. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2012. TRASK, R. L. MAYBLIN, Bill. Entendendo linguística. São Paulo: LEYA, 2013.</p>
LÍNGUA INGLESA I	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Mundo globalizado e realidade brasileira: influência da Língua Inglesa no contexto cultural, econômico e social brasileiro. O papel e o lugar da Língua Inglesa na formação de cidadãos inseridos no seu contexto. Fundamentos da Língua Inglesa através da prática comunicativa com ênfase na compreensão oral e escrita. Fundamentos gramaticais, pronúncia e análise a nível básico. Introdução à compreensão e produção escrita na Língua Inglesa a nível básico. Estratégias de leitura (textos autênticos) e de aquisição de vocabulário. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond & SMALZER, William R. Basic Grammar in Use With Answers. 3. ed. England: Cambridge Ambridge do Brasil, 2015. RICHARDS, J.C. Interchange Intro: Student book. 5.ed. 2018.</p> <p>Complementares: McCARTHY; O'DELL. Basic Vocabulary in Use. 2. ed. 2010. Michaelis minidicionário Inglês. 3. ed. 2016. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers. 2. ed. 2010.</p>

	<p>Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019.</p>
ESTUDOS EM LÍNGUA MATERNA	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Comunicação e linguagem. Noções de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Estudo dos processos e estratégias de organização e produção de textos orais e escritos em Língua Materna e a sua atuação na construção dos sentidos. Tópicos ortográficos e gramaticais.
Referências	<p>Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Editora Ática, 2009. 200p. GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson Education, 2012. 258p.</p> <p>Complementares: AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2011 DISCINI, Norma. A comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios. 2.ed. Contexto. 2015. GIRAUTA, Fred; NEWMAN, Mario; QUADROS, Mariana. Língua Portuguesa: introdução à produção de texto e leitura. Rio de Janeiro: CCAA, 2006. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 243 p. MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 3. ed. ver. e anual. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>
PROFISSÃO DOCENTE (Compartilhada)	
Carga horária	60 horas – 03 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básica: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementar: BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995. PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.</p>
TEORIA LITERÁRIA	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Literatura: conceitos. Os gêneros literários. Leitura crítica dos diversos textos midiáticos e de seu subtexto de gênero, raças e classes. Análise e interpretação de textos narrativos. Correntes críticas: Fenomenologia, Hermenêutica e Teoria da Recepção. Formalismo. Estruturalismo. Teorias Críticas Pós-Modernas.

Referências	<p>Básicas: SILVA, Vítor Manuel de Aguiar E. Teoria da literatura. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1968. ARISTÓTELES. Poética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. WOOD, J. Como funciona a ficção. São Paulo: Cosacnaify, 2011.</p> <p>Complementares: TEZZA, Cristovão. O espírito da prosa: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2012. _____. Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. _____. Literatura à margem. Porto Alegre: Dublinense, 2018. WOOD, J. A coisa mais próxima da vida. São Paulo: SESI, 2017. WATT, I. A ascensão do romance. (1957). São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p>
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básica: FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>Complementar: FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância. São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º SEMESTRE	
HISTÓRIA E CULTURA DA LÍNGUA INGLESA	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Introdução à História e cultura dos povos de Língua Inglesa. Aspectos históricos da formação cultural dos povos germanos. Formação das línguas germânicas. Constituição do vocabulário e contribuição de outras línguas e de conceitos sobre a diversidade cultural. Relação entre cultura e sociedade. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: TOMITCH, Lêda Maria Braga. A interculturalidade no ensino de inglês. Florianópolis: UFSC, 2005. TOMBS, Robert. The English and their history. London: Penguin Books Ltd, 2014. BAUGH, Albert; CABLE, Thomas. A history of the English language. 4th ed. London: Routledge, 2008.</p> <p>Complementares: COULMAS, Florian. Escrita e sociedade. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. FISCHER, Steven Roger. História da escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2014.</p>

	JANSON, Tore. A história das línguas : uma introdução. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. SILVA e MATOS, Rosa Virgínia. Caminhos da linguística histórica . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. WIERZBICKA, A. A. English : meaning and culture. Oxford: Oxford University Press, 2006.
LÍNGUA INGLESA II	
Carga horária	100 horas – 05 Créditos
Ementa	Desenvolvimento da compreensão e da produção escrita na língua inglesa em nível pré-intermediário, enfatizando os gêneros discursivos. Prática da compreensão e expressão oral comunicativa na língua inglesa e estudo da gramática e pronúncia em nível pré-intermediário. Estruturas correspondentes/divergentes em relação ao português. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1 : international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Basic Grammar in Use With Answers . 3. ed. England: Cambridge do Brasil, 2015. RICHARDS, J. C. Interchange Intro : Student book. 5. ed, 2018. Complementares: McCARTHY; O'DELL. Basic Vocabulary in Use . 2. ed. 2010. Michaelis minidicionário Inglês . 3. ed. 2016. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers . 2. ed. 2010. Cambridge Online Dictionary . Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McNEIL, W. Natural Word Order in English . 2019.
LINGUÍSTICA I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprofundamento nas principais escolas de estudos linguísticos. Introdução aos estudos dos diferentes níveis de análise linguística: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.
Referências	Básicas: LYONS, John. Linguagem e linguística : uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2005. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística : domínios e fronteiras 1. 9ª.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral . 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2018. Complementares: BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. Corpus linguistics : investigating language structure and use. London: Cambridge University Press, 1998. FERRAREZI, Celso. Semântica . São Paulo: Parábola Editorial, 2019. GONÇALVES, Carlos Alexandre. Morfologia . São Paulo: Parábola Editorial, 2019. PERINI, Mário Alberto. Sintaxe . São Paulo: Parábola Editorial, 2019. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística : domínios e fronteiras 2. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Compartilhada)	
Carga horária	60 horas – 03 créditos
Ementa	Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	Básica: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro

	<p>de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm</p> <p>_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file.</p> <p>SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementar: BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm</p> <p>_____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.
Referências	<p>Básica: AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação - seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>Complementar: BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva 2005. CUNHA, M. V. da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.</p>
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e

	conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	<p>Básica: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementar: BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013. CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014. CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008. VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p>
3º SEMESTRE	
CURRÍCULOS E SABERES (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Construção Histórica, Cultural, Epistemológica, Social e Ideológica do Currículo. Currículo, Escola e Sociedade. Propostas Curriculares Alternativas.
Referências	<p>Básicas: ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002. LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>Complementar: ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes 2013. MOREIRA, A. C. B. <i>et al.</i> Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r. Cornacchia, 2011. NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres; GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. SAVIANI, D. Saber escolar, currículo e didática. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p>
LINGUÍSTICA II	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Introdução ao estudo das diferentes disciplinas de estudos linguísticos: Psicolinguística, Sociolinguística, Linguística Textual, Pragmática e Análise do Discurso.
Referências	<p>Básicas: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras 2. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.</p>

	<p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras 3. 9ª.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Luciano Amaral (org). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013.</p> <p>Complementares: BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. Corpus linguistics: investigating language structure and use. London: Cambridge University Press, 1998. KALIL, Michèle. Aquisição de linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2020. LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. Metaphors we li by. Chicago: University of Chicago Press, 1980. MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação, 4. ed, São Paulo: Contexto, 2017.</p>
LÍNGUA INGLESA III	
Carga horária	100 horas - 05 créditos
Ementa	Ampliação da compreensão e produção escrita da língua inglesa em nível pré-intermediário. Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática e pronúncia em nível intermediário. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Basic Grammar in Use With Answers. 3. ed. England: Cambridge do Brasil, 2015. RICHARDS, J.C. Interchange Intro: Student book. 5. ed. 2018.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McCARTHY; O'DELL. Basic Vocabulary in Use. 2.ed. 2010. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019. Michaelis minidicionário Inglês. 3.ed. 2016. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers. 2. ed. 2010.</p>
LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Panorama social, histórico, econômico e político dos períodos literários, por meio da prosa e poesia. Leitura e análise de autores representativos dos fundamentos da literatura em língua inglesa ao nascimento do romance. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: BATE, Jonathan. English literature: a very short introduction. London: Oxford University Press, 2010. BORGES, Jorge Luis. Curso de literatura inglesa. São Paulo: Martins Fontes, 2008. POUND, Ezra. ABC da literatura. São Paulo: Cultrix, 2013.</p> <p>Complementares: EAGLETON, Terry. Como ler literatura. Porto Alegre: L&PM, 2020. GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume A. New York: W. W. Norton & Company, 2018. GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume B. New York: W. W. Norton & Company, 2018. GOWER, R. Anthology of British & American Literature. Harlow: Longman, 1990. SCHOLES, R. Elements of Literature: Essay, Fiction, Poetry, Drama, Film. 1991.</p>
LÍNGUA PORTUGUESA (Institucional)	

Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas: CASTILHOS, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>Complementares: FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes Sociais e Ensino de Línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.</p>
4º SEMESTRE	
EDUCAÇÃO E NECESSIDADES ESPECIAIS (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básicas: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares: BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>
LÍNGUA INGLESA IV	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Aperfeiçoamento da compreensão e produção escrita da língua inglesa em nível intermediário. Prática da compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática a nível pós-intermediário. Introdução ao estudo da fonética. Prática intensiva de transcrição fonética e processos fonológicos produtivos da língua inglesa.

	Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: MURPHY, Raymond. English grammar in use Book with Answers: A self-study reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. 5. ed. 2019. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. RICHARDS, Jack C. Interchange: student's book. 30. ed. Cambridge: Cambridge University, 2005.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019. Michaelis minidicionário Inglês. 3. ed. 2016. MURPHY, R. Essential Grammar in Use with Answers. 4. ed. 2015. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers. 2. ed. 2010.</p>
LINGUÍSTICA APLICADA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Introdução ao campo de atuação da Linguística Aplicada. Relação entre língua estrangeira e identidade e cultura. Noções introdutórias de psicolinguística. Processos de aquisição de língua estrangeira. Ensino da língua estrangeira. Competência comunicativa. Sociolinguística aplicada ao ensino.
Referências	<p>Básicas: KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. Linguística Aplicada: suas faces e interfaces. 2010. PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar. Linguística aplicada: um caminho diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2018. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.</p> <p>Complementares: BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. Corpus linguistics: investigating language structure and use. London: Cambridge University Press, 1998. LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. LOPES, Luiz Paulo da Moita. Por uma linguística aplicada indisciplinar. Sem Ano. RODRIGUES, R.H.; ACOSTA, P.R. Estudos dialógicos da linguagem e pesquisa em linguística aplicada. 2016. SOUZA, Ricardo Augusto de. Segunda língua: aquisição e conhecimento. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.</p>
LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Panorama social, histórico, econômico e político dos períodos literários, por meio da prosa e poesia. Leitura e análise de autores representativos dos fundamentos da literatura em língua inglesa ao nascimento do romance. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: BIRCH, Dinah; HOOPER, Katy. The oxford concise companion to english literature. London: Oxford University Press, 2012. BORGES, Jorge Luis. Curso de literatura inglesa. São Paulo: Martins Fontes, 2008. POUND, Ezra. ABC da literatura. São Paulo: Cultrix, 2013.</p> <p>Complementares: EAGLETON, Terry. Como ler literatura. Porto Alegre: L&PM, 2020. GOWER, R. Anthology of British & American Literature. Harlow: Longman, 1990. GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume C. New York: W. W. Norton & Company, 2018. GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume D. New</p>

	York: W. W. Norton & Company, 2018. SCHOLLES, R. Elements of Literature: Essay, Fiction, Poetry, Drama, Film. 1991.
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas: APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.</p> <p>Complementares: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre Bookman 2010.</p>
5º SEMESTRE	
Didática (Compartilhada)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas: CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertat, 2005.</p> <p>Complementares: CANDAU, V. M. Reinventar a escola. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996 MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Objetivos e concepções de ensino em língua inglesa e respectivas literaturas. A língua inglesa nos documentos oficiais nacionais, estaduais e municipais do Ensino Fundamental. Análise e reflexão das concepções metodológicas vigentes no ensino da língua inglesa e literatura do Ensino Fundamental. Práticas docentes simuladas. Elementos para a análise das observações do contexto escolar e da prática docente. Organização do diário de campo e do diagnóstico da escola. Investigação e elaboração de projetos para a intervenção em

	escolas do Ensino Fundamental.
Referências	<p>Básicas: HARMER, Jeremy. How to teach English with technology. São Paulo: Pearson Longman, 2011. OLIVEIRA, Raquel Gomes de. Estágio Curricular Supervisionado: horas de parceria escola universidade. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2011. BOLOGNINI, Carmen Zink. A língua inglesa na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2008.</p> <p>Complementares: POTTER, Louise. Guia para o Ensino de Língua Estrangeira, Orientações sobre a Arte de Ensinar Idiomas. Disal Editora, 2012. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). SCHLATTER, Margarete. Línguas adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês/ Margarete Schlatter e Pedro de Moraes Garcez. Erechim: Edelbra, 2011. DIAS, Reinildes; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (Orgs.). O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009.</p>
LÍNGUA INGLESA V	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Introdução à compreensão e à produção escrita de textos acadêmicos em língua inglesa em nível pré-avançado. Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível pré-avançado. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4.ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond. English grammar in use Book with Answers: A self-study reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. 5.ed. 2019. RICHARDS, Jack C. Interchange: student's book. 30. ed. Cambridge: Cambridge University, 2005.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019. Michaelis minidicionário Inglês. 3. ed.2016. MURPHY, R. Essential Grammar in Use with Answers. 4. ed. 2015. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers. 2. ed. 2010.</p>
LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA III	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Panorama social, histórico, econômico e político dos períodos literários, por meio da prosa e poesia. Leitura e análise de autores representativos do realismo à contemporaneidade na literatura em língua inglesa. Literatura em língua inglesa de outros países anglófonos.
Referências	<p>Básicas: BIRCH, Dinah; HOOPER, Katy. The oxford concise companion to english literature. London: Oxford University Press, 2012. BLOOM, Harold. O cânone americano: o espírito criativo e a grande literatura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017. GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: the twentieth and twentieth centuries. New York: W. W. Norton & Company, 2018.</p> <p>Complementares: GOWER, R. Anthology of British & American Literature. Harlow: Longman, 1990.</p>

	<p>GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume E. New York: W. W. Norton & Company, 2018.</p> <p>GREENBLATT, Stephen. The norton anthology of english literature: volume F. New York: W. W. Norton & Company, 2018.</p> <p>LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2020.</p> <p>HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.</p>
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015.</p> <p>PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.</p> <p>RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016.</p> <p>Complementares:</p> <p>ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf</p> <p>BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014.</p> <p>LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004.</p> <p>MUDANÇAS climáticas do global ao local. São: Paulo Manole 2014.</p>
6º SEMESTRE	
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	
Carga horária	120 horas – 06 créditos
Ementa	Planejamento educacional e avaliação da aprendizagem. Prática docente em Língua Inglesa no Ensino Fundamental. Organização do diário de campo. Elaboração do relatório parcial com as vivências no Ensino Fundamental.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>HARMER, Jeremy. How to teach English with technology. São Paulo: Pearson Longman, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Raquel Gomes de. Estágio Curricular Supervisionado: horas de parceria escola universidade. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2011.</p> <p>BOLOGNINI, Carmen Zink. A língua inglesa na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2008.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>POTTER, Louise. Guia para o ensino de Língua Estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. Disal, 2012.</p> <p>CELCE-MURCIA, Marianne. Teaching English as a second or foreign language. 3rd. ed. Boston: Heinle & Heinle, 2001.</p> <p>LEFFA, V. J. (Org.). O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão. 2. ed. Pelotas, RS: Educat, 2006.</p>

	SCHLATTER, Margarete. Línguas adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês . Erechim: Edelbra, 2012.
LIBRAS I (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	<p>Básica: GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>Complementar: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.</p>
LÍNGUA INGLESA VI	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível pré-avançado. Iniciação à pesquisa científica através da compreensão e produção escrita de textos acadêmicos em língua inglesa em nível pré-avançado. Leitura intensiva de textos relevantes sobre ensino-aprendizagem de língua inglesa. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4.ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond. English grammar in use Book with Answers: A self-study reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. 5. ed. 2019. RICHARDS, Jack C. Interchange: student's book. 30. ed. Cambridge: Cambridge University, 2005.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. MCCARTHY; O'DELL. English Vocabulary in Use Elementary Book with answers and Enhanced eBook: Vocabulary Reference and Practice. 3. ed. 2017. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019. PARROTT, M. Grammar for English Language Teachers. 2.ed. 2010. SEAN, W. English Grammar: 100 tragically common mistakes. 2019.</p>
PRÁTICAS DE ENSINO DA LÍNGUA INGLESA I	
Carga horária	60 horas – 03 créditos
Ementa	A aprendizagem de língua inglesa e os lugares do professor e do estudante nesse processo. Estudo das principais teorias e concepções de aprendizagem de uma língua estrangeira. Ensino e aprendizagem da língua inglesa na educação infantil e no ensino fundamental. Planejamento e práticas de ensino. Seleção e desenvolvimento de material didático. Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Atividade para articulação entre teoria e prática.

Referências	<p>Básicas: ALMEIDA FILHO, José Carlos P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas estrangeiras. 8. ed. Campinas: Pontes, 2015. CARMAGNANI, A.M.; GRIGOLETTO, M. (Orgs). Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2001</p> <p>Complementares: HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. HASHEMI, M., & AZIZINEZHAD, M. Teaching English to children: A unique, challenging experience for teachers, effective teaching ideas. <i>Procedia-Social and Behavioral Sciences</i>. 2011. 30, 2083-2087. MORAES, J. P. D. O lúdico e sua relação com o ensino de língua estrangeira para crianças. Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac. 15° CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, UNICAMP. 2005. BASSO, Edcléia Aparecida. (Org.) Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores. São Carlos: Claraluz, 2008. JORDÃO, C., GIMENEZ, T. & ANDREOTTI, V. (orgs). Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública. Pelotas: Educat, 2005. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcísio); BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas, SP: Papiros, 2013.</p>
PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA INGLESA I	
Carga horária	60 horas - 03 créditos
Ementa	Desenvolvimento da habilidade de compreensão e expressão escrita em Língua. Estratégias discursivas. Produção de gêneros textuais a partir das peculiaridades de cada um. A escrita acadêmica em inglês.
Referências	<p>Básicas: OSHIMA, A.; HOGUE, A. Introduction to writing academic English. 4. ed. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 2006. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. CURRY, Mary Jane; LILLIS, Theresa. A scholar's guide to getting published in English: critical choices and practical strategies. Toronto, Canada: Multilingual Matters, 2013.</p> <p>Complementares: OXFORD. Dicionário Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. Oxford: Oxford University Press, 2000. 685 p. LOPES, RICHARDS, I. A.; GIBSON, Christine M. O inglês por imagens. São Paulo: Hemus Editora Limitada, 1985. DIAS, Reinildes. Reading critically in english: Inglês instrumental. Belo Horizonte 1996. 171 p. JONES, Leo. Communicative grammar practice: Actives for intermediate students for english student's book. Nova York: University Of Cambridge, 1994. 105 p. PAULSTON, Christina Bratt; DYKSTRA, Gerald. Controlled composition in english as a second language. Nova York: Regents Publishing Company, 1973. 41 p.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Escola como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básica DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papiros. Campinas. 2012. SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São</p>

	Paulo: Cortez, 2007. Complementar: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019. TEIXEIRA, Z. C. (Org). Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: UNIPLAC, 2005.
7º SEMESTRE	
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Objetivos e concepções de ensino em língua inglesa e respectivas literaturas. O agir escolar no ensino de língua estrangeira. A questão da oralidade no universo escolar. Letramento literário. A língua inglesa nos documentos oficiais do Ensino Médio. Análise e reflexão das concepções metodológicas vigentes no ensino da língua inglesa e literatura no Ensino Médio. Práticas docentes simuladas. Elementos para a análise das observações do contexto escolar e da prática docente. Organização do diário de campo e do diagnóstico da escola. Investigação e elaboração de projetos para a intervenção em escolas do Ensino Médio.
Referências	Básicas: HARMER, Jeremy. How to teach English with technology. São Paulo: Pearson Longman, 2011. OLIVEIRA, Raquel Gomes de. Estágio Curricular Supervisionado: horas de parceria escola universidade. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2011. BOLOGNINI, Carmen Zink. A língua inglesa na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2008. Complementares: CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Formação continuada de professores: uma leitura das áreas de conteúdo. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). SCHLATTER, Margarete. Línguas adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês. Erechim: Edelbra, 2012. LEFFA, V. J. (Org.). O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão. 2. ed. Pelotas, RS: Educat, 2006.
LIBRAS II (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	Básica: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. QUADROS, Ronice Muller. de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

	<p>Complementar: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>_____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>_____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.</p>
LÍNGUA INGLESA VII	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível avançado. Sistematização de estratégias de redação de trabalho acadêmico em língua inglesa. Prática de conversação com estratégias de debate a partir de assuntos de cunho cultural e literário. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, Raymond. English grammar in use Book with Answers: A self-study reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. 5. ed. 2019. RICHARDS, Jack C. Interchange: Level 2 student's book. 5. ed. Cambridge: Cambridge University, 2018.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McCARTHY; O'DELL. English Phrasal verbs in use advanced book with answers: Vocabulary Reference and Practice. 2. ed. 2017. McNEIL, W. Natural Word Order in English. 2019. SEAN, W. English Grammar: 100 tragically common mistakes. 2019. YATES, J. Practice Makes Perfect: English Conversation, Premium Second Edition. 2.ed. 2016.</p>
PRÁTICAS DE ENSINO DA LÍNGUA INGLESA II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Autoria. Aprendizagem Significativa. Ensino e aprendizagem de língua inglesa no ensino médio. A língua inglesa em outros espaços educativos. Planejamento e práticas de ensino. Metodologias ativas no ensino de Língua Estrangeira. Interdisciplinaridade. Proposições metodológicas para elaboração de material didático. Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: MORAES, G. B.; BUCHWEITZ, R. M.; SANTOS, M. E. M. (Org.). A questão cultural no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy. New York: Longman, 2001. GAUTAMA, G. Active learning methodology. 2008.</p> <p>Complementares: LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. BARBOSA, L. M. de A. (Org.). (Inter)faces (inter)culturalismo no ensino-</p>

	<p>aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Pontes, 2014.</p> <p>MOTA, K.; SCHEYERL, D. (Org.). Recortes interculturais na sala de aula de línguas estrangeiras. Salvador: EDUFBA, 2004</p> <p>PAIVA, Geraldo Rodrigues de. Sequência didática em aulas de Língua Inglesa: uma abordagem no 7º ano do Ensino Fundamental. <i>Revista Educação Pública</i>, v. 20, nº 5, 4 de fevereiro de 2020.</p> <p>AUSUBEL, David P. A aprendizagem significativa. São Paulo: Moraes, 1982.</p>
ESTUDOS DA TRADUÇÃO	
Carga horária	60 horas – 03 créditos
Ementa	História da tradução. Diferentes concepções e teorias da tradução. Papel e prática do tradutor. Aplicação de modelos teóricos e de estratégias de tradução. Reflexões sobre o processo e práticas de tradução.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>MILTON, John. Tradução: teoria e prática. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>OUSTINOFF, Michaël. Tradução: história, teorias e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.</p> <p>ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2018.</p> <p>Complementares:</p> <p>AYUB, Silvana e ZIPSER, Meta Elisabeth. Introdução aos Estudos de Tradução. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.</p> <p>BASSNETT, Susan. Estudos de Tradução. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.</p> <p>COSTA, Walter e GUERINI, Andréia. Introdução aos Estudos de Tradução. 2006.</p> <p>DESLILE, Jean; WOODSWORTH, Judith (orgs.) Os tradutores na história. São Paulo: Ática. 1998.</p> <p>PYM, Anthony. Explorando teorias da tradução. São Paulo: Perspectiva, 2017.</p> <p>RÓNAI, Paulo. Escola de tradutores. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.</p>
PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA INGLESA II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento e avanço no desenvolvimento da habilidade de compreensão e expressão escrita em Língua. Estratégias discursivas. Produção de gêneros textuais a partir das peculiaridades de cada um, articulando aspectos mais avançados. A escrita acadêmica em inglês.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>SWALES, John M.; FEAK, Christine B. Academic Writing for Graduate Students: essential tasks and skills. 3. ed. USA: The University of Michigan Press, 2012.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>SWALES, John M.; FEAK, Christine B. Navigating academia: writing supporting genres. Michigan, USA: The University of Michigan Press, 2011.</p> <p>Complementares:</p> <p>OXFORD. Dicionário Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. Oxford: Oxford University Press, 2000. 685 p.</p> <p>LOPES, RICHARDS, I. A.; GIBSON, Christine M. O inglês por imagens. São Paulo: Hemus Editora Limitada, 1985.</p> <p>DIAS, Reinildes. Reading critically in english: Inglês instrumental. Belo Horizonte 1996. 171 p.</p> <p>JONES, Leo. Communicative grammar practice: Actives for intermediate students for english student's book. Nova York: University Of Cambridge, 1994. 105 p.</p> <p>PAULSTON, Christina Bratt; DYKSTRA, Gerald. Controlled composition in english as a second language. Nova York: Regents Publishing Company, 1973. 41 p.</p>
TRABALHO DE CONCLUSÃO I	

Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	O docente-autor-pesquisador. Pesquisa científica em Letras. Relevâncias da pesquisa na profissão docente. Normas técnicas da ABNT. Elaboração do projeto do Trabalho de Curso. Originalidade e plágio.
Referências	<p>Básicas: MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Editora Ática, 2005. 263 p. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>Complementares: RUGG, G & PETRE, M. A gentle guide to research methods. Birkshire: McGraw-Hill/Open University Press, 2007. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986. PECORA, Alcir. Problemas de redação. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. TOMITCH, Lêda Maria Braga; TUMOLO, Celso Henrique Soufen. Pesquisa em Letras Estrangeiras: 4º período licenciatura em Letras Inglês. Elaborado para o ambiente virtual do Curso de Letras a Distância da Universidade Aberta do Brasil. Florianópolis: UFSC/CCE/LLE, 2011.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básica: ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementar: BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019. COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. . O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p>
8º SEMESTRE	
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	
Carga horária	120 horas - 06 créditos
Ementa	Planejamento educacional e avaliação da aprendizagem. Prática docente em Língua Inglesa no Ensino Médio. Organização do diário de campo. Elaboração do relatório final e apresentação dos resultados obtidos durante as práticas de ensino.
Referências	<p>Básicas: HARMER, Jeremy. How to teach English with technology. São Paulo: Pearson Longman, 2011. FIGUEIREDO, F. J. Q. Aprendendo com os erros. Uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas. Goiânia: Ed. UFG, 2002. BOLOGNINI, Carmen Zink. A língua inglesa na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2008.</p>

	<p>Complementares: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. POTTER, Louise. Guia para o ensino de Língua Estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. Disal, 2012. MASUHARA, H; TOMLINSON, B. Elaboração de materiais para cursos de idiomas. São Paulo: SBS, 2005. HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 176 p. HALL, David R; HEWINGS, Ann. Innovation in English language teaching. London: Routledge, 2001.</p>
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	<p>Básica: DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã Vm, 2001. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. Libertad, São Paulo, 2005. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico. Educação superior: projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.</p> <p>Complementar: BRASIL. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC/SASE, 2014. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf. HARDT, Lúcia Schneider et al. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. LÉVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014.</p>
LÍNGUA INGLESA VIII	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Consolidação da competência de compreensão e expressão oral e escrita, com debates a partir de temas polêmicos, assuntos socioculturais e pedagógicos. Fundamentos da análise do discurso oral e escrito em língua inglesa. Atividade para articulação entre teoria e prática.
Referências	<p>Básicas: ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MURPHY, R. Advanced Grammar in Use Book With Answers and Interactive Ebook. A Self-Study Reference and Practice Book for Advanced Learners of English. 3. ed. 2015. RICHARDS, Jack C. Interchange: Level 3 student's book. 5. ed. Cambridge: Cambridge University, 2018.</p> <p>Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/pt/ Acesso em: 02.09.2019. McCARTHY; O'DELL. English Phrasal verbs in use advanced book with answers: Vocabulary Reference and Practice. 2. ed. 2017.</p>

	McNEIL, W. Natural Word Order in English . 2019. SEAN, W. English Grammar: 100 tragically common mistakes . 2019. YATES, J. Practice Makes Perfect: English Conversation, Premium Second Edition . 2. ed. 2016.
TRABALHO DE CURSO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprofundamento teórico-metodológico, com ênfase na pesquisa educacional. Consistência teórica e argumentativa e propriedades textuais. Normas técnicas da ABNT. Descrição e Análise dos Dados e interpretação dos Resultados. Escrita científica na produção do Trabalho de Conclusão. Socialização e avaliação.
Referências	<p>Básicas: BASTOS, Lília da Rocha Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias; 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 5. ed.rev.e atual. Curitiba: Editora Juruá, 2012. 98 p. SWALES, J.; FEAK, C. B. Academic writing for graduate students: essential tasks and skills. Michigan: Michigan University Press, 2004.</p> <p>Complementares: BEAUD, Michel. Arte da tese: Como preparar e redigir um tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/a, 1997. 174 p. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. PECORA, Alcir. Problemas de redação. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. TOMITCH, Lêda Maria Braga; TUMOLO, Celso Henrique Soufen. Pesquisa em Letras Estrangeiras: 4º período licenciatura em Letras Inglês. Elaborado para o ambiente virtual do Curso de Letras a Distância da Universidade Aberta do Brasil. Florianópolis: UFSC/CCE/LLE, 2011.</p>
COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	A cultura como elemento do processo de comunicação. Identidades monocultural, multicultural e intercultural.
Referências	<p>Básicas: BENNETT, Milton J. Basic Concepts of Intercultural Communication. Boston: Intercultural Press, 2013. TOMITCH, Lêda Maria Braga. A interculturalidade no ensino do inglês. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 660p. CORBETT, J. An Intercultural Approach to English Language Teaching. Clevedon: Multicultural Matters, 2003.</p> <p>Complementares: KRAMSCH, C. Language and Culture. Oxford. Oxford University Press, 1998. JANZEN, H. Mediação cultural, abordagem comunicativa e ensino de língua estrangeira: o conceito lingüístico de Bakhtin e os pressupostos da interculturalidade. 94 f. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. DAGIOS, M. G. As concepções de interculturalidade no ensino da língua inglesa: uma análise da visão dos professores do sudoeste do paraná. Curitiba, 2010, 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientador: Prof. Dr. Henrique Evaldo Jansen. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: Acesso em: 31 mai. 2016 KIM, Y. Y. Becoming intercultural: An integrative theory of communication and crosscultural adaptation. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001. WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo: Cosacnaify, 2010</p>
MULTILETRAMENTOS EM LÍNGUA INGLESA	

Carga horária	40 horas – 02 créditos
	Teorias de letramentos críticos e Multiletramentos. Práticas de leitura de textos multimodais. Tecnologias da informação e comunicação no ensino de língua inglesa. Tecnologias e globalização no processo de aprendizagem. Inglês como língua franca.
Referências	<p>Básicas: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos da R. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. ROJO, Roxane. Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.</p> <p>Complementares: ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Communicative dimensions in language teaching. Campinas: pontes Editores, 2013. CUNHA, Alex Garcia; MICCOLI, Laura. Faça a diferença: ensinar línguas estrangeiras na educação básica. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. COULMAS, Florian. Escrita e sociedade. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. LEFFA, Júlio Araújo Wilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. McGONIGAL, Jane. A realidade em jogo. Rio de Janeiro: Best Seller Ltda, 2014.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básica: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CUNHA, Maria Izabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001. FREIRE, Paulo. Política e educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>Complementar: FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES. N. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: Leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004. THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.</p>

3.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta curricular do Curso de Licenciatura em Letras está embasada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, conforme Parecer do CNE n. 492/2001, aprovado em 03 de abril de 2001, que define os conteúdos curriculares e a estruturação dos cursos de Letras. De acordo com o referido documento:

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos lingüísticos (sic) e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos seqüenciais (sic), de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

Do mesmo modo, devem ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês, são diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Por sua vez, os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comuns e específicos anteriormente definidos.

A carga horária total de integralização curricular do curso é de 3.400 (três mil e duzentas) horas, distribuídas em 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo 16 semestres ou 8 anos, com ofertas em período noturno, sendo 3.200 (três mil) horas de disciplinas obrigatórias, 200 (duzentas) horas de atividades complementares, sendo 400 (quatrocentas) horas para estágio curricular obrigatório.

Ademais, a estrutura do curso contempla, ainda, conteúdos curriculares por meio de 05 (cinco) Disciplinas Institucionais, aprovadas a partir de novembro de 2017, pelo CONSUNI da UNIPLAC, de acordo com as Resoluções n. 291, de 21/11/2017, n. 292, de 27/11/2017, 342, de 20/03/2018, n. 347, de 30/04/2018 e 355, de 19/06/2018. Tais disciplinas são oferecidas na modalidade a distância sendo 01(uma) a cada um dos cinco primeiros semestres do curso, todas com 04 créditos, com carga-horária total correspondente a 80 horas. Especificamente, as Disciplinas Institucionais são:

- I - Tecnologias da Informação e Comunicação;
- II - Cultura, Diferença e Cidadania;
- III - Língua Portuguesa;

IV – Iniciação à Pesquisa Científica;

V - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Esses conteúdos são contemplados na Disciplina Institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre do curso.

Já as questões relacionadas à temática da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre do curso. Da mesma forma, a UNIPLAC vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação/PPIEAG, que visa integrar a educação para a inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos cursos de graduação da instituição.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

A proposta curricular para o Curso de Letras - Inglês da UNIPLAC foi estruturada em regime especial, cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) por meio de práticas e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras - Inglês, são desenvolvidos a partir das ementas de cada uma das disciplinas e são aproximados, de forma vertical e horizontal, dos objetivos geral e específicos. Sendo assim, dividem-se em núcleos de Conteúdos Básicos caracterizadores da Formação Geral e para a Educação Básica) e Conteúdos Específicos, caracterizadores da Formação Profissional.

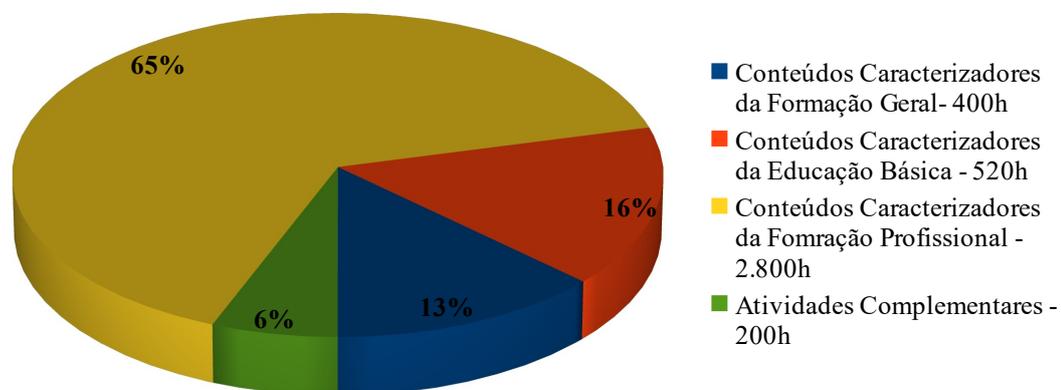
O quadro abaixo representa as disciplinas que compõe cada um dos Conteúdos.

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	C/H	Disciplinas e %
-----------	-------------	-----	-----------------

Formação Geral	- Tecnologia da Informação e Comunicação	80	05 disciplinas
	- Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	- Língua Portuguesa	80	
	- Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		
Total da Carga Horária do Conteúdo		400	12%
Educação Básica	- Profissão Docente	60	12 disciplinas
	- Políticas Públicas da Educação Básica	60	
	- Psicologia da Educação	40	
	- Currículos e Saberes	40	
	- Educação e Necessidades Especiais	80	
	- Didática	40	
	- Libras I	40	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica I	40	
	- Libras II	60	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica II		
	- Gestão de Processos Educacionais		
	- Pesquisa e Prática Pedagógica III		
Total da Carga Horária do Conteúdo		580	17%
Formação Profissional	Língua Inglesa I	100	31 disciplinas
	Estudos em Língua Materna	40	
	Teoria Literária	80	
	Fundamentos da linguística	40	
	História e Cultura em Língua Inglesa	80	
	Língua Inglesa II	100	
	Linguística I	40	
	Língua Inglesa III	100	
	Linguística II	80	
	Literatura em Língua Inglesa I	80	
	Língua Inglesa IV	100	
	Linguística Aplicada	80	
	Literatura em Língua Inglesa II	80	
	Estágio Curricular Obrigatório I	80	
	Língua Inglesa V	100	
	Literatura em Língua Inglesa III	40	
	Estágio Curricular Obrigatório II	120	
	Língua Inglesa VI	100	
	Práticas de Ensino da Língua Inglesa I	60	
	Produção de Textos em Língua Inglesa I	60	
	Estágio Curricular Obrigatório III	80	
	Língua Inglesa VII	80	
	Práticas de Ensino da Língua Inglesa II	40	
	Estudos da Tradução	60	
	Trabalho de Conclusão I	40	
Produção de Textos em Língua Inglesa II	40		
Estágio Curricular Obrigatório IV	120		

	Língua Inglesa VIII	80	
	Trabalho de Conclusão II	40	
	Comunicação Intercultural	40	
	Multiletramentos em Língua Inglesa	40	
Total da Carga Horária do Conteúdo		2.220	65%
Atividades Complementares	Atividades de Pesquisa Atividades de Extensão Atividades de Monitoria Estágio Não Obrigatório Eventos Científicos ou Culturais Disciplinas cursadas na UNIPLAC ou em outra IEs e que não faça parte da estrutura curricular do curso.	200	-
Total da Carga Horária das Atividades Complementares		200	6%
Carga Horária Total do Curso		3.400	100%

3.8.1 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.8.2 Requisitos Legais

3.8.2.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de

graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Letras - Inglês prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 5º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolve o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação – PPIEAG, que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteira. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA), A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: UNIPLAC, UNIVALI, UDESC, UNISUL, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC E UNESC. O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no

âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sostenibilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (THIOLLENT, 2008; HAGUETTE, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008; FRANCO, 2008). Complementar à análise documental, serão aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (SZYMANSKI, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES. A avaliação e socialização dos resultados dar-se-á por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também será organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos cinco disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Sendo assim, a disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade

tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a UNIPLAC tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

3.8.2.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lei n.º. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

Diante disso, o Projeto do curso de Letras - Inglês prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica, no segundo semestre do curso, com a previsão de 3 créditos – 60 horas, bem como a disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania, também do segundo semestre do curso, composta por quatro créditos e carga-horária de 80 horas.

Ademais, a UNIPLAC, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb), tem trabalhado de forma continuada com a referida temática, envolvendo vários seguimentos da universidade. O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131,

de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

Diante disso, o curso de Letras - Inglês incluiu a temática da educação em Direitos Humanos por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica no segundo semestre do curso, com a previsão de 3 créditos – 40 horas, bem como a disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania, também do segundo semestre do curso, composta por quatro créditos e carga-horária de 80 horas.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC, há um bom tempo, vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e à acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), por meio da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder as alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Dentre essas finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Nesse ponto, é oportuno destacar que o trabalho da Comissão tem sido voluntário e, por isso, não remunerado.

Uma dessas medidas executada em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Já em 29/03/2016, por meio do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP, no entanto, na reunião do CONSUNI de 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do programa.

Sequencialmente a isso, em 07 de abril de 2016, o PAAP foi definitivamente aprovado por meio da Resolução do CONSUNI n. 213/2016. Ainda em junho deste ano, por meio da Resolução n. 219/2016, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando oportunizar uma formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade

aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, por meio da Resolução do CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. Essa política é dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, conforme estabelece o Art. 1º, § 3º. Por sua vez, no art. 2º está afixado que:

aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade.

No presente momento, a Universidade não possui alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados nesse atendimento. Além disso, desenvolve no seu Curso de Psicologia um Projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, por meio do qual atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD. A Universidade possui profissionais credenciados pela UNIPLAC para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.9 METODOLOGIA

A proposta curricular do Curso de Letras – Inglês está embasada na Resolução CNE/CP 2”, de 20 de dezembro de 2019, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo,

3.200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria prática garantida, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
 - a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e
 - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

A organização curricular do Curso de Letras - Inglês é disciplinar, a partir de uma organização por créditos, com a perspectiva de eixo articulador a partir do 1º semestre, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina, iniciando o processo de garantia da autonomia do discente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019), e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, orientam a formação para a atividade docente, dentre as quais destaque para:

- a) o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- o exercício de atividades de enriquecimento cultural;

- o aprimoramento em práticas investigativas;
- a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Considerando estes itens, desde o primeiro semestre do curso o aluno aproxima-se de atividades teórico-práticas a partir de disciplinas específicas, principalmente a disciplina articuladora de Língua Inglesa. Assim, o conhecimento passa a ser mediado por meio de metodologias que oportunizam a percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Da mesma maneira, os conteúdos caracterizadores básicos, que contemplam os estudos linguísticos e literários, devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

No tocante às atividades de pesquisa, a partir do 6º semestre, a articulação acontece por meio do planejamento, acompanhamento da disciplina **Pesquisa e Prática Pedagógica**, sustentando a Prática como Componente Curricular – PCC – como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de estimular a ação discente na relação teórico-prática com objetivo de qualificar a formação de um profissional “professor” para a Educação Básica, atuando de forma inovadora e apto a fazer uso de recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas, dentro e fora do universo escolar.

Por sua vez, a partir do 5º semestre do curso, essas atividades de articulação entre pesquisa e ensino se intensificam no núcleo de Conteúdos Teórico-Práticos, que envolvem também a atividade de Estágio Curricular Obrigatório, tópico discriminado a seguir.

3.10 ESTÁGIO CURRICULAR

A Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo

escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. Já a Resolução CNE/CES 2, de 20 de dezembro de 2019 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, em seu Art. 7º salienta,

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado.

Além disso, enfatiza-se que a carga-horária mínima de estágio curricular obrigatório, deverá atingir 400 (quatrocentas) horas.

3.10.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Letras - Inglês da UNIPLAC, possui **400 (quatrocentas) horas** de atividades na educação básica, estendendo-se do 5º semestre até o 8º semestre, sob a orientação de um professor que desenvolve aulas presenciais, assim como acompanha as atividades práticas nos campos de atuação.

Diante disso, são seguidas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras, bem como o que determina a legislação de formação de professores, a partir da LDB, Lei 9.394/96 e da Base Comum Curricular (BNCC). Ademais, ampare-se na Resolução do CONSUNI n. 2, de 20 de dezembro de 2017, e da atualização conforme determinação institucional do CONSUNI, por meio da Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016.

Sendo assim, o Estágio Curricular Obrigatório, no que se refere à experiência de exercício profissional na educação básica, alinhado a essas legislações, se caracteriza por privilegiar propostas que possibilitem experiências nos diferentes níveis de ensino. Para tanto, tem como objetivo geral articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho.

O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser realizado, preferencialmente, em grupos de quatro integrantes, sendo excepcionalmente permitida a realização de forma individual ou em grupos diferentes do número de quatro acadêmicos, de acordo com a necessidade do campo de estágio, e aprovação pelo Colegiado. Para tanto, compreende as seguintes etapas:

I. no 5º semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, no Ensino Fundamental, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas e administrativas escolares (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 30h (quarenta horas). A partir disso, deverá produzir o Diagnóstico do Campo de Estágio, além da elaboração de Projeto de Intervenção e do Plano de Ensino.

II. no 6º semestre cada aluno deverá realizar o exercício de intervenção de docência no Ensino Fundamental, com no mínimo 40 horas de estágio. Para realizar a regência de Classe é obrigatória a elaboração dos Planos de Aula. Ao final do processo, deve ocorrer a elaboração de relatório da etapa de intervenção.

III. no 7º semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, no Ensino Médio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas e administrativas escolares (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 30h (quarenta horas). A partir disso, deverá produzir o Diagnóstico do Campo de Estágio, além da elaboração de Projeto de Intervenção e do Plano de Ensino.

IV. no 8º semestre cada aluno deverá realizar o exercício de intervenção de docência no Ensino Fundamental, com no mínimo 40 horas de estágio. Para realizar a regência de Classe é obrigatória a elaboração dos Planos de Aula. Ao final do processo, deve ocorrer a elaboração de relatório da etapa de intervenção.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Concedentes conta com o acompanhamento sistemático e presencial do Coordenador do Curso, dos professores da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório – orientadores de estágio –, do Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, e do Professor Regente do componente curricular de Língua Inglesa da Unidade Concedente, habilitado na área de formação do acadêmico.

Ao final de cada etapa de estágio são promovidos seminários, em espaços da Universidade ou da Unidade Concedente, de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização das atividades de estágio curricular obrigatório, proporcionando a integração da UNIPLAC com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como a integração entre acadêmicos, professores e equipe gestora da Unidade Concedente de Estágio.

A avaliação ocorre em todas as etapas do Estágio Curricular Obrigatório e compreende o domínio do conhecimento na área de atuação, a posição de alternativas com vistas às mudanças educacionais, a comunicação oral e escrita, o planejamento de situações de ensino, o compromisso - opção por determinados valores, sob os formatos: Diagnóstico do Campo de Estágio, Projeto de Estágio, Plano de Ensino, Planos de Aulas, Relatórios parciais e finais; Encontros com a Orientação e Supervisão.

A participação Unidade Escolar Concedente no referido processo, por meio do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, é de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Supervisionado, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela UNIPLAC.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares dos sistemas estadual e municipal de educação da região da Serra Catarinense, bem como do sistema privado de ensino, mais especificamente no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, excepcionalmente, podem ser realizadas outras modalidades de estágio como cursos de extensão nas comunidades ou atividades não presenciais.

No Curso de Letras – Inglês, será elaborado um Relatório Final do Processo de Estágio Curricular Obrigatório. Os elementos que compõem o referido relatório estão previstos no Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório. A estrutura mínima do relatório deve contemplar os seguintes itens: introdução, desenvolvimento, conclusão ou considerações finais e referências e sua estrutura deverá contemplar as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT.

3.10.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, por meio da Secretaria Municipal de

Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Universidade. Há, ainda, Termos de Convênio celebrados com outras Prefeituras Municipais da região que garantem a execução das atividades de estágio curricular obrigatório pelos alunos que residem em outras cidades próximas.

3.10.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

Nesse sentido, o Estágio Curricular Obrigatório é o primeiro contato que o aluno-professor tem com seu futuro campo de atuação. Assim, por meio da observação, da

participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar, o futuro professor encara a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem o quadro educativo.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Dessa forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

O processo de ECO possui metodologia de planejamento, elaboração, execução e avaliação específicas, sendo previstas em Regulamento próprio.

O objetivo geral do processo de ECO é instrumentalizar e proporcionar aos acadêmicos a construção do seu próprio processo de aprendizagem e profissionalização, por meio da apropriação, elaboração e produção do conhecimento nas diferentes áreas de atuação do curso, a partir dos eixos norteadores da universidade, ensino, pesquisa e extensão, para que possam assumir o papel de sujeitos históricos, comprometidos com uma sociedade livre, não seletiva e democrática. Desta forma, é obrigatória a realização de quatro etapas em cada semestre/etapa de intervenção, que corresponde ao 5º ao 8º semestre do curso:

I – Observação do Campo de Estágio com o objetivo de conhecer as rotinas pedagógicas e administrativas escolar e elaborar o Diagnóstico do Campo de Estágio;

II – Elaboração de Projeto de Intervenção e Plano de Ensino;

III – Regência de Classe sendo obrigatória a elaboração dos Planos de Aula; e

IV – Elaboração de relatório da etapa de intervenção.

Além da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, a relação entre teoria e prática no curso de Letras – Inglês também ocorre, mais especificamente, nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP. As disciplinas de PPP ocorrem do 6º ao 8º semestre do curso e se constituem dos seguintes estudos/reflexões e encaminhamentos metodológicos: Universidade: produção e socialização do conhecimento, Noções de pesquisa e de ciências, Tipos de conhecimento, Pesquisa em educação, Normas para apresentação de trabalho acadêmico, Tendências teórico-metodológicas sobre a relação educação e sociedade, Pesquisa educacional no Brasil: principais tendências, Aproximação do aluno com a realidade escolar,

Identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional-escolar, Elaboração do projeto de pesquisa, Documentos de pesquisa, Levantamento no campo de pesquisa, Coleta de dados, Análise dos dados, Elaboração do relatório final da pesquisa, Produção de artigo científico e Comunicação da pesquisa em eventos científicos.

3.10.4 Estágio Curricular Não-obrigatório

O Estágio Curricular Não Obrigatório – ECNO – na UNIPLAC constitui-se em atividade de formação profissional opcional, contemplando o que preconiza a legislação vigente, podendo ser acrescido à carga horária regular obrigatória, como atividade complementar, não sendo requisito para a obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso.

É realizado por livre escolha do aluno, obedecendo o que preconizam a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o Regimento Geral da UNIPLAC e a Resolução n. 231, de 08/08/2016, que dispõem a carga-horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Trata-se, portanto, de atividade complementar, não sendo requisito para obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso em que o aluno esteja regularmente matriculado.

O ECNO deverá proporcionar vivência de situações concretas de trabalho, desenvolvidas na Unidade Concedente. Assim, no Curso de Letras – Inglês, esta modalidade de estágio poderá ser aplicada tanto em espaços educacionais, quanto em outros ambientes.

A UNIPLAC firma convênios com entidades públicas e privadas, a fim de criar os campos de estágios ao acadêmico. O Convênio é o instrumento jurídico a ser celebrado entre a UNIPLAC e a Unidade Concedente, com o objetivo de viabilizar a realização de ECNO como fonte de conhecimentos, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização da Lei de Estágio.

A realização do ECNO pelo aluno não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza com a Unidade Concedente. A duração mínima para o ECNO é de 3 (três) meses, não podendo exceder a 2 (dois) anos em uma mesma Unidade Concedente, exceto quando se tratar de Estagiário com necessidades educacionais especiais.

A jornada de atividade será definida de comum acordo entre a UNIPLAC, a Unidade Concedente e o Estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

3.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas Atividades Complementares as ações de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio aluno. Ademais, são consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

As atividades teórico-práticas de aprofundamento possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

Em relação à diversificação das atividades acadêmicas, o curso atende o que preconiza a Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diante disso,

e para atender ao que preconiza a referida Resolução, o Curso de Letras – Inglês institui 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo de estudos de formação geral, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição, entre o 1º e o 8º semestre.

Essa é uma carga-horária específica para outras formas de aprendizado, além da sala de aula, das disciplinas e estágios curriculares obrigatórios. Isso possibilita ao aluno ampliar sua formação com base no seu interesse pessoal, o que será possível através do aproveitamento para fins de integralização curricular, de atividades de monitoria, como bolsista de iniciação à pesquisa, participação em congressos e mostras culturais, durante o curso, a critério e homologação por parte do colegiado de curso, comprovando a sua participação mediante documentação específica das horas a serem validados.

A integralização curricular das atividades teórico-práticas de aprofundamentos deverão ser comprovadas mediante documentação específica (certificados). As horas a serem validadas mediante a apresentação de comprovação, pelo aluno, serão submetidas à homologação do colegiado de curso. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estarão previstas em regulamento próprio.

3.12 TRABALHO DE CURSO (TC)

Conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução n. 02 de 08/03/2004 do CNE/CES – MEC, Art. 2º:

A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a **monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso – TCC** [...].

Diante disso, no Curso de Letras – Inglês, o Trabalho de Conclusão se constitui como

um componente que integra a estrutura do curso, uma vez que envolve uma síntese dos conhecimentos produzidos pelos estudantes durante toda a sua caminhada de estudos no curso de licenciatura. Para tanto, poderá ser realizado por meio da elaboração de Artigo Científico em língua inglesa que poderá dialogar com a produção de artigo resultado da pesquisa realizada na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP), bem como sua submissão para uma revista qualizada, ou consistir na síntese da produção do relatório final do estágio curricular obrigatório. Sendo assim, o Trabalho de Conclusão do curso será detalhado em Regulamento específico a ser aprovado.

3.13 APOIO AOS DISCENTES

O apoio aos discentes se baseiam no PDI/UNIPLAC e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de

semestre, quando a Pró-Reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o serviço de atendimento ao estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas

Professor - SEAPE	Mestre	10 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Especialista	30 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord. Graduação	Especialista	40 horas
Coordenação de Curso	Especialista	10 horas

3.13.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras com intérpretes em sala de aula e de apoio além da sala de aula, Braille, por meio de textos, trabalhos, provas, audiodescrição dos materiais pedagógicos que possuem imagens, empréstimo de lupas, e outras especificidades de acordo com que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC e encontra-se já atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.13.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”,

em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

3.14 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso e os processos de avaliação são de fundamental importância para avaliar o sucesso do currículo proposto para o Curso, como também, para se certificar da necessidade de alterações futuras que venham a aprimorar o projeto, tendo em vista o seu caráter dinâmico e a necessidade de adaptar-se às constantes mudanças, a avaliação é vista, portanto, como uma atitude de responsabilidade da IES, do NDE, do Colegiado e dos alunos, bem como em conformidade com o PDI da Instituição

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação da aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades con-*

cretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores".

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações e também no mínimo 02 (duas) recuperações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

No curso de Letras – Inglês, os procedimentos de avaliação, além dos exigidos institucionalmente, são utilizados diferentes formas, dependendo da disciplina ministrada. Dentre elas destacam-se as seguintes: Avaliações escritas; exercícios práticos; trabalhos em grupo; utilização de mídias; elaboração de plano de negócio; projeção de slides; debates em sala de aula; visitas técnicas; estudo dirigido; uso de ambiente virtual; análise e discussão de problemas; workshops com debate e discussão de ideias; projetos de automação com utilização do laboratório de projetos; utilização do laboratório de automação; demonstração de componentes; apresentação de seminários, entre outros.

Ao longo do processo, são elaboradas avaliações escritas com questões operatórias baseadas no sistema ENADE e também com elaboração de projetos em grupo para solução de problemas apresentados. Além disso, a Avaliação Integrativa, de caráter interdisciplinar, é realizada ao final de cada semestre do curso, integrando várias disciplinas, acompanhadas por um professor-orientador e, posteriormente, apresentada em grupos a uma banca composta pelos professores do curso.

A avaliação deverá considerar a frequência e o desempenho dos Acadêmicos na perspectiva processual, a avaliação final será resultante da nota atribuída pelo professor da disciplina e será considerado aprovado o aluno que obtiver conceito numérico igual ou superior a “7”, bem como frequência igual ou superior a 75% e até 100%.

Quanto a avaliação do Curso, em cumprimento a Lei n. 10.861 14 de abril de 2004, Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Setor de Avaliação foi Regulamentado pela Resolução n. 239, de 04/10/2016, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo

de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “*lato e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído, no âmbito de instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as diretrizes deste. Dentre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao INEP/e-MEC e ao SINAES, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsa, ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução do CONSUNI n. 240 que por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação apresentando os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas – administrativas.

Esse trabalho é, portanto, fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas estão sendo produtivas afim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no site da IES, apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso (CC); Conceito Preliminar de Curso (CPC);

Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo ENADE. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o ENADE.

Discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

3.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Seguem ações resultantes dos processos de avaliação:

- ✓ Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, redes sociais, capacitações, relatórios emitidos pelo sistema informatizado e Selo da CPA;
- ✓ Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas, na página da CPA e da UNIPLAC;
- ✓ Envolvimento do NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do Curso;
- ✓ Manutenção do Programa de Apoio e acompanhamento Pedagógico aos estudantes e professores;
- ✓ Manutenção do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico, Psicopedagógico e Psicológico para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;

- ✓ Manutenção do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico, Psicopedagógico e Psicológico aos estudantes que se autodeclaram com deficiência (física, motora, cognitiva, visual, auditiva), altas habilidades e superdotação;

- ✓ Apoio pedagógico para produção e escrita de artigos científicos;
- ✓ Apoio pedagógico com aulas de interpretação de texto, Matemática e Atualidades;
- ✓ Aquisição de novos referenciais bibliográficos (físico e digital), com títulos específicos para as diferentes áreas do conhecimento;

- ✓ Ampliação na infraestrutura física com incorporação de novos espaços para lazer, entretenimento, atividades físicas, entre outras;

- ✓ Implantação do Plano de Acessibilidade no Campus;
- ✓ Capacitação permanente dos docentes no início de cada semestre letivo;
- ✓ Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa dos Cursos e da IES.

- ✓ Por fim, ressalta-se que de acordo com o Projeto de Avaliação Institucional (2020, p. 31-32), "Os resultados da Avaliação Institucional são utilizados como Instrumentos de Gestão para a Tomada de Decisão e plano de melhorias pela IES, sendo:

a) Na Graduação os resultados servem à tomada de decisões quanto à adequação dos PPCs e sua relação com o PPI e PDI da Instituição; revisão das estruturas curriculares tendo como parâmetro o perfil dos egresso, os resultados das avaliações internas e externas; promover formação continuada para os docentes.

b) Na pós-graduação os resultados servem para execução de medidas cabíveis em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão; análise das produções e sua compatibilidade com as linhas de pesquisa definidas pelo PDI e PPI; mecanismos de avaliação para atender as demandas e a qualidade dos Cursos.

c) Na extensão os resultados subsidiam e permitem analisar e readequar os projetos e seus resultados às necessidades da comunidade envolvida; reorganizar projetos existentes e criar novos projetos a partir das necessidades evidenciadas.

d) Na pesquisa os resultados são usados para dialogar com os coordenadores sobre a pertinência das mesmas e os fins a que se destinam.

e) Na gestão acadêmica para contribuir com as tomadas de decisões dos coordenadores de cursos, gestores e planejamento das metas do PDI."

3.16 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Letras – Inglês possibilita a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

– **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A

devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

– **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, *designer* instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o *designer* instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente,

essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles: (a) Sistema Didático; (b) Sistema de Comunicação; (c) Sistema Tutorial e (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas

de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.21 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades *on-line* e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de *Design Instrucional* (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades *on-line* e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de *Design Instrucional* (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores-autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas *on-line* e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

3.22 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações *on-line*. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto *on-line* quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações *on-line*, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data pré-estabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades *on-line* serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida

resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra *on-line*, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.23 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A UNIPLAC possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a UNIPLAC conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 3.600 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito)

laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

3.24 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O PPC foi construído a partir das Diretrizes Curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a

partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida Resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

No curso de Letras – Inglês os procedimentos de avaliação são considerados como etapa importante no processo ensino-aprendizagem entendendo que o ensino, não é mera transmissão de informações, mas a transformação do cidadão, e a aprendizagem, a construção e reconstrução do conhecimento e dos valores, permitindo ao aluno total autonomia na busca pelo conhecimento. Cada professor responsável pela unidade curricular define, no início do semestre, o tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área e a avaliação de aprendizagem deve seguir as determinações da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016.

3.26 NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas disponível para o Curso de Letras – Inglês é de 40 vagas anuais, com compartilhamento, sendo o corpo docente altamente participante e atuante nas questões de ensino-aprendizagem.

3.27 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

São várias as formas como a UNIPLAC promove a sua integração com as Escolas de Educação Básica situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas, destacamos três: o Projeto Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o convênio UNIPLAC-SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

3.27.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da UNIPLAC estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;

- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2018, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o Projeto

PIBID, a UNIPLAC objetiva inserir os alunos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os alunos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus alunos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os alunos bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes alunos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os alunos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino

aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, PIBID e a missão da UNIPLAC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) à Docência – 2012.

3.27.2 Convênio de cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017 entre a Secretaria de Estado da Educação e a UNIPLAC tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.27.3 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade

O Convênio assinado n°. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.27.4 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas

Por meio do Projeto PIBID, a UNIPLAC insere alunos bolsistas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos alunos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

A partir do 5º semestre, os acadêmicos do Curso de Letras - Inglês realizam suas atividades práticas nas Escolas de Educação Básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

O processo de estágio do curso, é desenvolvido em quatro etapas, conforme descritas abaixo:

I. no 5º (quinto) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas aula). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;

II. no 6º semestre compreende o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, nos anos finais do Ensino Fundamental de no mínimo 40 horas de estágio;

III. no 7º (sétimo) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h (quarenta horas). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;

IV. no 8º semestre será dedicado à regência de classe, nas turmas de Ensino Médio, como também à conclusão do relatório final, num total de 40 horas de estágio.

3.27.5 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 2/2019) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os estudantes das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. Essas atividades devem ser distribuídas entre disciplinas do Grupo 1, que corresponde à base comum, composta por conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, e do Grupo 2, que corresponde aos conteúdos específicos da área de formação. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Letras – Inglês pretende trabalhar a PCC, por meio de disciplinas ao longo de todos os semestres do curso, tanto as pertencentes ao Grupo 1 quanto do Grupo 2, conforme apresentado na estrutura curricular. Ao longo dos semestres, a articulação parte da disciplina de Língua Inglesa e de disciplinas de formação pedagógica como “Pesquisa e Prática Pedagógica”, do 6º ao 8º semestre. Mais especificamente no tocante a essa disciplina, tem-se que ela busca, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado no cotidiano escolar.

4 CORPO DOCENTE

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram institucionalizados na UNIPLAC através da Resolução n. 088, de 24 de setembro de 2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

A indicação dos representantes docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é feita por maioria simples, conforme Regimento Geral da Universidade, a partir de reunião com registro em ata, seguido de ofício encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino, para conhecimento, e desta para o Reitor, que os nomeará.

É um órgão constituído de professores com titulação, preferencialmente, em nível *stricto sensu*, sendo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) da UNIPLAC.

No curso de Letras – Língua Portuguesa / Língua Inglesa o NDE foi constituído através da Portaria nº 058, de 04/04/2011 e reconstituído pela Portaria nº 022, de 26 de maio de 2020.

Atualmente o NDE do curso de Letras – Língua Portuguesa/Língua Inglesa é constituído pelos seguintes docentes, conforme o quadro abaixo:

Professor	Titulação	Portaria de Indicação
Carlos Eduardo Canani – Presidente	Mestre	Portaria nº 022, de 26/05/2020
Altamir Guilherme Wagner	Mestre	Portaria nº 028, de 03/04/2018
Kátia Marlowa Bianchi Ferreira Pessoa	Mestre	Portaria nº 169, de 06/09/2016
Maria Cândia Melo Pereira	Mestre	Portaria nº 062, de 12/05/2015
Rodrigo Coelho Ogliari	Mestre	Portaria nº 162, de 21/11/2018

Sendo assim, o NDE do Curso de Letras – Língua Portuguesa/Língua Inglesa é composto por professores com titulação de mestres e dispõem de carga horária compatível com a função, além de ter o coordenador como presidente do núcleo. É importante salientar que o NDE hoje composto, sofreu alterações mas vem atuando assiduamente desde sua constituição.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Letras – Língua

Portuguesa/Língua Inglesa constitui-se de um grupo de docentes, com caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) visando a contínua promoção de sua qualidade. São atribuições do NDE: elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular; avaliar a adequação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas; zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso; propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa; levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso; indicar formas de articulação entre o ensino de Graduação, a extensão, a pesquisa e a Pós-Graduação.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no início de cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e após cada reunião lavra-se a ata. Os casos omissos são resolvidos pelo próprio NDE ou pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência dos mesmos.

O Curso de Letras- Inglês será constituído pelo mesmo Núcleo Docente Estruturante do curso de Letras – Língua Portuguesa/Língua Inglesa.

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da UNIPLAC conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional e Técnico Audiovisual.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende à demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

Exerce a supervisão das atividades de ensino, cumpre as decisões e normas emanadas dos órgãos superiores, supervisiona o cumprimento da integralização curricular e execução dos conteúdos programáticos e de carga horária das disciplinas buscando conjuntamente com o colegiado de curso favorecendo a integração e a melhora contínua.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da UNIPLAC. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados

superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do Curso de Letras – Inglês da UNIPLAC atualmente é constituído por profissionais altamente qualificados, composta por professores com formação *lato sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

De acordo com a Resolução da UNIPLAC n. 124, de 04/06/2014, o docente deve ter no mínimo especialização e formação didático-pedagógica (Metodologia do Ensino Superior, Metodologia da Pesquisa e Monografia) para ter seu credenciamento.

Atualmente o corpo docente do curso de Letras – Inglês por titulação é a seguinte:

TITULAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL (%)
Doutores	11	57%
Mestres	08	42%
TOTAL	19	100,00 %

Esse cenário reflete a preocupação dos professores com a qualidade pretendida, bem como garantir maior qualificação do egresso. Os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação à qualificação dos professores do Curso de Letras - Inglês, considerando que 100% dos docentes possuem a titulação com pós-graduação em nível *stricto sensu*.

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudos a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por car-

ga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é representado no quadro abaixo:

CARGA HORÁRIA	TOTAL	PERCENTUAL (%)
40 horas (Integral)	10	53%
12 a 39 horas (Parcial)	05	26%
0 a 11 horas (Horista)	04	21%
TOTAL	19	100 %

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam 80% do corpo docente, enquanto os professores horistas representam 20%. As cargas-horárias variam, porém, garantem o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL (%)
Acima de 20 anos	9	47%

De 10 a 20 anos	07	37%
De 02 a 09 anos	02	11%
Menos de 02 anos	01	5%
TOTAL	19	100%

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre os critérios apresentados para compor o perfil docente dos professores que atuam nos cursos de licenciatura, está a experiência profissional na Educação Básica. Pode-se observar, de acordo com os dados apresentados abaixo, que no Curso de Letras - Inglês, a maioria dos professores atendem a esse critério:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL
Acima de 20 anos	05	26%
De 10 a 20 anos	04	21%
De 02 a 09 anos	03	16%
Menos de 02 anos	02	11%
Não possui	05	26%
TOTAL	20	100 %

Somente cinco professor do curso não possui experiência na Educação Básica.

A experiência dos professores, constatada por meio dos números apresentados acima, contribui sobremaneira para a formação dos nossos futuros professores, no momento em que diminui a dicotomia teoria e prática, estabelecendo os limites e as possibilidades para o trabalho docente.

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Letras - Inglês, possui vasta experiência no magistério superior, o que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da

aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

A tabela a seguir evidencia o tempo de experiência profissional no Ensino Superior:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	PERCENTUAL
Acima de 20 anos	07	37%
De 10 a 20 anos	06	32%
De 02 a 09 anos	06	32%
Menos de 02 anos	00	0%
TOTAL	19	100 %

O tempo de experiência no magistério superior reflete a história do curso na UNIPLAC desde a sua criação.

4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2019-2023), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPE. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem uma capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual treina esses docentes quanto a utilização das ferramentas do Moodle, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Letras - Inglês possui colegiado próprio, que tem função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do Curso de Letras - Inglês, é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores-tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos ou diretamente no Currículo Lattes.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores.

Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivatinhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as

demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O Curso de Letras – Inglês possui espaço para as atividades administrativas e possui espaço próprio para atendimento individualizado, estruturada com computador e equipamentos de multimídia e comunicação. A coordenação tem à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

O curso de Letras- Inglês, da UNIPLAC tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela

engenharia. As salas de aula do curso de Letras - Inglês, dispõem de multimídia instalada, e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditório para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso à *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados à internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Ainda dispõe de um laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível no Bloco I, Bloco 2, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

O Núcleo de Informática da UNIPLAC – NIU tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação UNIPLAC e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando realizados a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsáveis por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às

instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está à disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo

de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está à disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT -

Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso à *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados à internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de

17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPALAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPALAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPALAC foi reconstituído mediante Portaria nº 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min,

tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Letras - Inglês, prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras.	- Resolução CNE/CES n. 18, de 13/03/2002.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	- Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	- Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. - Resolução CONSUNI n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC. - O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos .
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	- Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. - Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. - Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. - Resolução UNIPLAC n. 115, de 1º/11/2013. - O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos .
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	- Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. - Resolução UNIPLAC n. 127, 12 de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. - O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos.
Titulação do corpo docente.	- Lei 9.394/96, art. 66. O Curso de Letras - Inglês apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de lato e stricto sensu.
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	- CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Núcleo Docente Estruturante (NDE).	- Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. - Resolução n. 088, de 24/09/2010. - Portaria n. 058, de 04/04/2011 - Constituição do NDE do Curso de Letras. - Portaria n. 064, de 05/07/12 - Substituição de membro. - Portaria n. 089, de 03/09/13 - Substituição de membro. - Portaria n. 062, de 12/05/15 - Reconstituição do NDE. - Portaria n. 028, de 03/04/18 - Reconstituição do NDE. - Portaria n. 162, de 21/11/18 - Substituição de membro.

	– Portaria n. 022, de 26/05/20 - Reconstituição do NDE.
Carga horária mínima em horas.	– O PPC prevê uma carga horária total de 3.200 horas, de acordo com o previsto na Resolução CNE/CP n. 2/2007.
Tempo de integralização.	– Resolução CNE/CES n. 02, de 18/06/2007, conforme inciso IV art 2: “a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. – Resolução n. 172 de 25/05/2015 do CONSUNI.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	– Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012. Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA). – Lei n. 12.764, de 27/12/2012 – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014
LIBRAS	– Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/012/09 UNIPLAC. – Disciplina de Libras faz parte da Estrutura Curricular do Curso: Libras I no 6º Semestre, com 40 horas – 2 créditos e Libras II no 7º Semestre, com 40 horas – 2 créditos.
Política de inclusão e acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense.	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.	– Lei n. 12.764, de 27/12/2012; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014. – Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	– Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i> .
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	- Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. - Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014. - Concessão da Autonomia Universitária - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRRES/DPR/SERES/MEC.
Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 237, de 13/09/2016. – Resolução CONSUNI n. 238, de 13/09/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curri-	- Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016.

culares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U n. 217 Seção I de 07/11/2013). – Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016. – Colegiado de Curso – 04/04/2017.
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Letras – Licenciatura.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/16. – Parecer CONSUNI n. 025, de 14/06/17. – Resolução CONSUNI n. 277, de 04/07/17.
Aprova as Atividades Complementares do Curso de Letras – Licenciatura.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer CONSUNI n. 090/2011, de 15/12/2011.
Regulamento da Monografia.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer CONSUNI n. 095/11, de 15/12/2011.
Avaliação do Ensino Aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Comitê de Ética em Pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Prevalência de avaliação presencial para Modalidade a Distância.	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.622/2005 art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade.
Disciplinas na Modalidade a Distância	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 291, de 21/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 292, de 27/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018; – Resolução CONSUNI n. 347, de 30/04/2018; – Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/2018.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CES n. 18**, de 13/03/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, [de 27/11/2012](#). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - Libras.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023**.

8 ANEXO

Nome do professor	Titulação	Endereço do Lattes
Altamir Guilherme Wagner	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/2823588000146517
Ana Emilia Siegloch	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/9774713167195113
Bruna Fernanda da Silva	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/6692374041212591
Carlos Alberto Bertaiolli	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/9958252117992117
Carlos Eduardo Canani	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/2107193327335804
Cristina Keiko Yamaguchi	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/7542620242705060
Danusia Aparecida Silva	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/1833259891337857
Geraldo Augusto Locks	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/8329018518244517
Jourdan Linder Silva	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/8323911488705582
Katia Marlowa Bianchi F. Pessoa	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/8979392064435964
Lenita Agostinetto	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/6647730923425402
Lucia Ceccato de Lima	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/7408002765973886
Madalena Pereira da Silva	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/0471818332882195
Mareli Eliane Graupe	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/8925934554152921
Maria Selma Grosch	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/3741328474975923
Pedro Gasparin	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/6526323662220575
Rodrigo Ogliari Coelho	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/6195129116627259
Vanice dos Santos	Doutor	CV: http://lattes.cnpq.br/7071557940601998
Vanir Peixer Lorenzini	Mestre	CV: http://lattes.cnpq.br/0341889137439037